

REQUERIMENTO Número /XIII (.ª)

PERGUNTA Número /XIII (.ª)

Assunto: Estabilidade laboral dos docentes do Instituto Politécnico de Viseu

Destinatário: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Instituto Politécnico de Viseu (IPV) tem mais de 50 docentes em precariedade laboral há 10 ou mais anos.

Uma delegação destes professores do IPV em situação precária entregaram na Assembleia da República uma petição intitulada “*Pela estabilidade de emprego dos docentes em funções no IPV*”, onde reclamam dos órgãos de soberania “*a transferência de meios financeiros para o IPV que permita a abertura de concursos, de modo a que os seus doutorados e especialistas possam ser oponentes aos mesmos e a obtenção da necessária estabilidade laboral*”.

Pedem ainda o alargamento do período transitório para os docentes que ainda não terminaram a sua formação para obtenção do grau de doutor e a aplicação da Diretiva Comunitária 1999/70/CE, de 28 de Junho, que considera que os contratos de trabalho de duração indeterminada constituem a forma comum de relação laboral, contribuindo para a qualidade de vida dos trabalhadores e a melhoria do seu desempenho, impondo limites estritos para a celebração dos contratos a prazo.

A terceira reivindicação destes docentes é a consagração do “mecanismo de “entrada na carreira” existente desde 1980 no ensino superior universitário” para os contratados ao abrigo do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico anterior a Setembro de 2009 e que, entretanto, obtiveram as habilitações de referência”.

Em 29 de fevereiro de 2016, a Assembleia Municipal de Viseu aprovou, com 3 abstenções cada, três moções, apresentadas pelo BE, pela CDU e pelo CDS, defendendo a estabilização laboral dos docentes do IPV.

O Bloco de Esquerda, em Viseu, tem vindo a defender como estratégia de desenvolvimento regional o reforço do ensino superior público deste distrito tendo em conta a ligação única do IPV à comunidade (empresas e autarquias), através de inúmeros projetos e parcerias, posicionando-se com os seus 5 mil alunos, entre os 5 maiores do país e o maior no interior, com um impacto na economia da região de 69,33 milhões de euros, segundo dados de 2012.

O Bloco de Esquerda defende o reforço do orçamento do IPV (que nos últimos 3 anos sofreu uma redução de 30% no financiamento do Estado), de forma a poder abrir concursos para os professores contratados poderem finalmente aceder à carreira docente, assim como a prorrogação do período transitório para os docentes que ainda não terminaram o doutoramento, e a consagração do mecanismo de entrada na carreira de acordo com o



respetivo estatuto.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Educação, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior conhecimento desta situação concreta do Instituto Politécnico de Viseu?
2. Vai o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior reforçar o orçamento do Instituto Politécnico de Viseu com as verbas necessárias à abertura de concursos para que os seus doutorados e especialistas finalmente possam vir a adquirir a necessária estabilidade laboral?
3. Pondera o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior consagrar mecanismos de entrada na carreira docente dos professores do ensino superior politécnico contratados e detentores das habilitações de referência?

Palácio de São Bento, 15 de julho de 2016.

Os deputados